



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

DECRETO Nº 051/2017
De 12 de abril de 2017.

Regulamenta o Art. 3º da Lei 1.606/2013 e dispõe sobre a Permissão de Uso para exploração a título oneroso, e sobre as normas para o funcionamento de bancas de feira instaladas na Feira Livre do Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais, tendo por base o art. 4º, XXXVI, a da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a execução das políticas para o desenvolvimento das cidades é uma tarefa de competência dos Municípios, prevendo o art. 182 da Constituição da República que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional editou as diretrizes gerais sobre a política de desenvolvimento urbano e que serão executadas pelo Poder Público municipal por meio da Lei Federal 13.311/2016, a qual, igualmente, cuida da política de desenvolvimento urbano, trazendo regras para disciplinar a instalação e funcionamento de quiosques, trailers, feiras e bancas nas áreas públicas das cidades.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 1.606 de 10 de junho de 2013 “Declara a Feira Livre de Nosso Município como Patrimônio Histórico e Cultural e Imaterial”, prevendo em seu art. 3º que “O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação”.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal que regulamenta os quiosques “Dispõe sobre a Permissão de Uso para exploração a título oneroso, e sobre as normas para o funcionamento de quiosque e trailer instalados no âmbito do Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, e dá outras providências.”, a qual prevê em seu art. 2º que “O Poder Executivo poderá editar decreto a fim de regulamentar os demais equipamentos urbanos não regulamentados por esta lei, previstos na Lei Federal 13.311/2016 ou outra que a substitua.”

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Sergipe promove Ação Judicial de número 201452101440 pela qual o Município é obrigado a implementar medidas visando “garantir a segurança, higiene, regularização e organização na feira livre de Itabaiana”, conforme anexo desta Lei Municipal.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

CONSIDERANDO que o Município tomou uma série de medidas visando melhorar o espaço público da Feira Livre de Itabaiana, sendo preciso cumprir a cláusula quinta do Termo de Ajuste de Conduta executado pelo Ministério Público Estadual, no sentido de padronizar todas as bancas da Feiras Livre de Itabaiana.

CONSIDERANDO que o Município não dispõe de legislação específica para regularizar o direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo bancas de feira livre, não tendo sido regulamentada a legislação Municipal.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente decreto visa regulamentar a permissão de uso para exploração a título oneroso do espaço público de propriedade do município para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo banca de feira, os quais serão regidos pelas normas constantes no presente Decreto.

Art. 2º – As feiras livres têm por finalidade a exposição e venda de diversos produtos de variadas qualificações na forma de varejo, observada a legislação, normas e regulamentos vigentes e mediante autorização do Poder Público Municipal.

§1º – A tradicional “Feira Livre do Município de Itabaiana” será setorizada, nos termos do anexo 1 deste Decreto.

§2º - As bancas que comercializam produtos alimentícios terão tratamento diferenciado e deverão atender a todas as normas sanitárias vigentes, devendo observar ainda o setor de sua localização.

§3º - É expressamente proibida a venda de quaisquer mercadorias ilícitas ou que não estejam em estrita observância ao que a legislação sanitária, tributária ou de tradição local definem como corretas.

Art. 3º - É proibido a colocação de mercadorias ou objetos fora do espaço definido da banca.

§1º - As mercadorias que forem colocadas à frente das bancas poderão ser apreendidas pelo órgão de fiscalização Municipal e liberadas mediante pagamento de multa, nos termos do Código Tributário Municipal.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

§2º - Caso o Feirante seja reincidente, poderá perder o direito de uso e exploração do espaço público pelo período de 3 (três meses) a 12 (doze) meses, a depender da gravidade dos fatos.

Art. 4º - É obrigatória a vestimenta de jaleco na cor branca por todos os feirantes, na forma de uniforme padrão, independentemente do setor.

§1º - É permitida a publicidade nos jalecos, sendo vedada qualquer divulgação político-partidária.

§2º - Os feirantes que comercializam produtos alimentícios deverão, também, utilizar de “toca higiênica” descartável, observadas ainda as demais regras de sanitárias.

Art. 5º - Os feirantes deverão portar crachá obrigatório de identificação fornecido pelo Município de Itabaiana, conforme padrão definido.

Parágrafo único: O crachá deverá estar sempre à mostra, e conterá o número da banca e o primeiro nome do feirante.

Art. 6º – As feiras livres funcionam em vias e logradouros públicos ou em terrenos de propriedade do Município, ou a estes cedidos, especialmente abertos à população para tal finalidade, com horários e locais previamente estabelecidos.

Art. 7º – O comércio de carnes, pescados e aves e derivados deverá obedecer às normas sanitárias em vigor e será exercido em locais especialmente destinados para essa finalidade, podendo ser utilizados veículos especiais dotados de sistema de refrigeração.

Art. 8º – Para a instalação dos equipamentos de apoio à comercialização nas feiras livres deverão ser obedecidas as seguintes normas:

I – Os trabalhos de montagem, desmontagem, carga ou descarga de equipamentos e produtos deverão ser iniciados e finalizados nos horários fixados pela Secretaria Municipal de Agricultura para o início e fim da feira;

II – A montagem das bancas e descarga dos produtos e outros equipamentos dar-se-á na seguinte ordem:

a) Deverá o veículo condutor adentrar no local correspondente à área previamente estabelecida pelo órgão competente e proceder à descarga dos equipamentos e mercadorias, obedecido ao horário determinado para tal fim;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

b) Após a descarga, o veículo deverá ser retirado do local somente podendo retornar após o horário estabelecido para a finalização da feira;

c) Após a retirada do veículo, deverá ser procedida a montagem dos equipamentos e a exposição de mercadorias.

III – Iniciada a comercialização na feira, é vedado o ingresso ao local de veículos com mercadorias;

IV – É vedado nos locais das feiras o tráfego de motos, bicicletas, carroça de tração animal, carroça de tração humana e outros similares, salvo aqueles carrinhos pessoais para transporte de mercadorias, conduzidos pelos consumidores;

V – Encerrado o horário previsto para o fim das atividades comerciais, os veículos poderão ingressar no local para a retirada das mercadorias não comercializadas e equipamentos, demorando-se somente o tempo necessário para fazê-lo, tudo dentro da ordem e disciplina;

Parágrafo único – Considera-se equipamento qualquer bem móvel utilizado para a consecução do exercício da atividade de feirante, tais como bancas, tendas, refrigeradores, freezers, balanças, entre outros, inclusive Equipamentos de Proteção Individuais e Coletivos – EPI's e EPC's.

Art. 9º – Somente será permitido o licenciamento para o exercício da atividade e respectiva utilização do espaço público àquele que utilizar os equipamentos de acordo com as medidas de 2m de comprimento (dois metros) por 1m (um metro de largura), correspondente à 2m² (dois metros quadrados) e conforme padrões definidos no anexo 3 deste Decreto.

Art. 10º – O Feirante é responsável por fornecer, transportar, instalar e desinstalar os equipamentos necessários à realização das atividades reguladas por este Decreto.

I – Os equipamentos utilizados ados deverão atender aos padrões definidos no anexo 3 deste Decreto.

II – O feirante licenciado poderá utilizar de equipamentos e/ou serviços fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, as quais deverão ter cadastro junto ao Município que certificará que os mesmos atendem às normas e padrões definidos neste decreto.

III – Os feirantes poderão, mediante consenso, as suas custas, substituir os toldos individuais por equipamentos estruturais comuns/coletivos, denominados de tendas com lonas em estruturas metálicas, em formatos padronizados, exequíveis e compatíveis com os



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

dimensionamentos característicos, no que concerne os espaços públicos utilizados por cada setor da feira livre.

Parágrafo único: As coberturas deverão conter no mínimo 2,70m (dois metros e noventa centímetros) e no máximo 3m (três metros) de largura, na cor cinza claro, triplexo hex #D3D3D3, conforme lista de cores, observados os padrões mercadológicos.

Art. 11 – O Poder Público Municipal deverá promover a adequada manutenção dos banheiros públicos já existentes no Mercado, no Mercado de Carne, na praça de Alimentação e no Mercado Hortifrutigranjeiro existentes nas imediações da feira livre; promovendo a sinalização e divulgação da existência dos mesmos.

Art. 12 – A distribuição espacial das bancas deverá ser determinada pela Secretaria de a Agricultura levando-se em conta os seguimentos dos produtos a serem comercializados, conforme anexo 1 deste decreto.

SEÇÃO I
DIREITOS E DEVERES

Art. 13 - As bancas deverão observar os projetos de engenharia e as cores anexos a este decreto, respeitando-se os padrões construtivos das bancas e sua destinação.

Art. 14 - São vedadas:

I - modificações internas estruturais, salvo autorizadas pelo órgão responsável pela elaboração do projeto padrão;

II - ampliações ou alterações nos aspectos externos do projeto padrão, inclusive referentes às definições da comunicação visual, exceto obras realizadas no subsolo;

III - a construção de subsolo, mezanino, pavimento superior ou qualquer outro compartimento isolado, adjunto ou sobreposto à estrutura principal, tendas e anexos.

SEÇÃO II
DAS PROIBIÇÕES

Art. 15 - É proibido ao permissionário:

I – fazer uso da área situada no seu entorno fora do limite estabelecido no regulamento específico;

II – colocar qualquer tipo de publicidade político-partidária na banca;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

III – a pintura do bem permissionado de cor diferente da padrão, definida no anexo 1 deste decreto;

IV – não manter a banca em perfeito estado de conservação e higiene e limpeza dentro dos padrões deste decreto e da Vigilância Sanitária;

V - Colocar mercadorias ou objetos fora do espaço estabelecido de sua abrangência.

VI - A utilização, ainda que momentânea, da área a frente das bancas, destinada à livre trânsito de pessoas;

VII - Provocar qualquer tipo de dano ao logradouro público;

VIII – alterar, sem autorização, o modelo da banca, fora do padrão definido neste decreto;

IX – perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, conforme Lei Municipal de Poluição Sonora.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO e FISCALIZAÇÃO

Art. 16 – Compete à Secretaria Municipal de Obras:

I- Fiscalizar o cumprimento das normas contidas na legislação específica, sem prejuízo da fiscalização dos demais órgãos competentes;

II – Emitir certidão de “uso e ocupação do solo”, o qual deverá conter:

- a) Nome completo, documentos pessoais, comprovante de residência do feirante;
- b) Ramo de atividade prioritário do feirante;
- c) Indicação da área de ocupação no espaço da feira livre;
- d) Dias e periodicidade de ocupação do espaço público.

III – Proceder à limpeza do espaço público e banheiros, antes e após os dias de feira.

Art. 17 - Compete à Secretaria Municipal de Agricultura:

I- Autorizar, fiscalizar, localizar, dimensionar, classificar, reclassificar, suspender o feirante, remanejar as bancas, tendo em vista o atendimento ao interesse público e o respeito às exigências legais pertinentes;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

II- Estabelecer os critérios norteadores da escolha dos feirantes a serem licenciados, priorizando-se a antiguidade na atividade e na área objeto do requerimento, conjuntamente;

III- Fiscalizar o cumprimento das normas contidas na legislação específica, sem prejuízo da fiscalização dos demais órgãos competentes;

IV- Delimitar o espaço público a ser utilizado, fixar a quantidade de equipamento instaláveis e o número de pessoas a serem licenciadas para o exercício da atividade comercial em cada feira.

V – Limitar o número máximo de bancas por setor;

VI – Expedir normas regulamentares.

Art. 18 – Compete à Secretaria Municipal de Fazenda:

I - Executar as medidas administrativas relativas à inscrição e licenciamento dos feirantes e prestadores serviços;

II - Fiscalizar o pagamento dos Tributos Municipais;

III – Emitir “Autorização Anual a Título Precário” ao Feirante, observadas as delimitações da “certidão de uso e ocupação do solo”;

IV– Conceder, revogar, cassar as autorizações e credenciamentos, e aplicar as penalidades previstas nesta Lei.

Art. 19 – A atividade de feirante e o uso da área pública necessária para essa finalidade serão objeto de prévia autorização da Administração Municipal, formalizada através da Autorização respectiva, nos termos deste Decreto.

Art. 20 – A autorização será concedida em regime anual, por ato unilateral da Administração Pública, denominado “AUTORIZAÇÃO ANUAL A TÍTULO PRECÁRIO”, estando o Autorizado sujeito à cobrança das taxas previstas nas Tabelas V e VIII do Código Tributário do Município (ou outra que o substitua) definidas como “TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS”.

Parágrafo único: A autorização anual será expedida gratuitamente, estando sua validade condicionada ao pagamento de taxa a cada feira que o feirante se faça presente, cujo pagamento ocorrerá no respectivo dia diretamente ao(à) fiscal cadastrado e devidamente identificado do Município de Itabaiana.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Art. 21 – Os feirantes interessados em obter a autorização devem apresentar requerimento perante à Administração Municipal, portando os documentos exigidos pela respectiva Secretaria e a comprovação do atendimento aos requisitos necessários ao licenciamento.

§ 1º – A cada feirante somente será concedida uma única autorização, individual, para cada uma das feiras, com direito a utilizar, no máximo, 03 (três) bancas por cadastro, mediante pagamento de taxa por banca.

§ 2º – O Feirante Autorizado deverá exercer pessoalmente e a caráter privativo seu comércio, sob pena de cassação da Autorização, exceto se indicar preposto, previamente cadastrado junto a Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º – O autorizado será o responsável, perante a Administração Pública Municipal ou terceiros, pelos atos praticados por seus empregados ou prepostos, sendo a ambos, aplicadas as penalidades previstas nesta Lei, quando houver infração.

§ 4º – Os empregados e prepostos serão considerados procuradores dos autorizados para efeito de receber intimações, notificações, atuações, e demais ordens administrativas.

§ 5º- Para cada feirante licenciado será aberta uma matrícula, à margem da qual deverão ser lançadas as informações pertinentes às autorizações concedidas e demais anotações que se fizerem necessárias ao controle e fiscalização por parte da Administração Municipal.

§ 6º- Cada banca receberá um número de matrícula o qual deverá ficar exposto, para fins de organização e fiscalização, sob pena de perda da Autorização.

§ 7º- O feirante é obrigado a manter atualizados seus dados cadastrais perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 22 – É assegurada a utilização do mesmo espaço público pelo feirante cadastrado, em razão de questões comerciais e de tradição.

§1º - O feirante autorizado não poderá ausentar-se por mais de 04 (quatro) feiras consecutivas, salvo motivo devidamente justificado e comprovado perante a Secretaria Municipal de Agricultura.

§2º - Por motivo de gravidez, devidamente comprovada por atestado médico, será permitido o afastamento da feirante pelo período de até 15 (quinze) meses, hipótese em que deverá ser substituída por pessoa que indicar.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Art. 23 – No termo de autorização, além de outros elementos, deverá constar obrigatoriamente a especificação dos produtos que poderão ser comercializados e o local designado para a atividade.

Parágrafo Único – Uma vez autorizado o comércio de determinado produto, somente será possível a alteração dessa autorização se houver na área da respectiva feira vaga reservada para o tipo de comércio pretendido, conforme distribuição espacial e vagas previamente estabelecidas.

Art. 24 – Poderá ser concedida autorização para comercialização em mais de uma feira, desde que o autorizado atenda aos requisitos estabelecidos pelos órgãos competentes para cada um dos locais.

CAPÍTULO III DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 25 – A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo pela Administração Municipal, por motivo de conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal, mediante o devido processo administrativo ou, unilateralmente quando a Lei assim permitir.

Art. 26 – A autorização poderá ser cassada sempre que houver descumprimento das obrigações impostas ao autorizado, na forma e casos previstos neste decreto ou legislação específica ou nas normas pertinentes, inclusive ambientais, urbanísticas e sanitárias.

Parágrafo único – Nos casos de cassação da autorização por infração, deverá ser constituído processo administrativo no qual seja assegurada ao autorizado a prévia manifestação no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da respectiva notificação.

Art. 27 – Em qualquer das hipóteses de revogação ou cassação não será devido ao autorizado qualquer direito à indenização.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 28 – Os autorizados estão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa

III – apreensão de bens e mercadorias;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

IV – suspensão temporária da autorização;

V – cassação da autorização.

Art. 29 – A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais, e observará o Art. 97 e seguintes, 177 e seguintes e anexo, entre outros do Código Tributário Municipal (ou outro que o substitua).

§ 1º – Em caso de primeira reincidência na mesma infração, aplica-se em dobro a multa cominada, e em segunda reincidência o seu triplo.

§ 2º – O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares pertinentes.

Art. 30 – As mercadorias, equipamentos, produtos e tudo o mais que for apreendido nas feiras livres serão recolhidos ao depósito do Município, só podendo ser liberados mediante requerimento do proprietário e prova de pagamento da multa aplicada, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

§ 1º – Na hipótese do caput deste artigo, o proprietário deverá apresentar requerimento para liberação dos bens e mercadorias apreendidas com os documentos que comprovem sua titularidade, o que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apreensão.

§ 2º – Findo o prazo determinado no parágrafo anterior, os bens e mercadorias não reclamados terão a destinação que melhor convier à Administração.

§ 3º – As mercadorias perecíveis, próprias para o consumo humano, serão imediatamente doadas às instituições filantrópicas e/ou creches municipais, mediante termo de Doação.

Art. 31 – Sem prejuízo de outras infrações e penalidades previstas em Lei, constitui infração do autorizado:

I – deixar de exibir ou portar os documentos exigidos pela fiscalização relativos ao exercício da atividade.

Penalidade: advertência por escrito e/ou suspensão temporária de 15 (quinze) dias de suas atividades e, em caso de reincidência, multa.

II – deixar de observar as condições básicas de higiene e asseio, inclusive dos empregados ou prepostos e também do local de trabalho.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Penalidade: advertência por escrito e/ou suspensão temporária de 15 (quinze) dias e, em caso de reincidência, multa.

III – deixar de recolher o lixo produzido por sua atividade ou não acondicioná-lo em depósitos fechados ou sacos amarrados, embrulhando os materiais cortantes ou perfurantes;

Penalidade: advertência por escrito e/ou suspensão temporária de 15 (quinze) dias e, em caso de reincidência, multa.

IV – desacato ao servidor público, agente(s) de fiscalização no exercício de sua função;

Penalidade: multa e instauração de Processo Cível.

V – ausentar-se da direção do comércio sem indicação de empregado ou preposto ou permitir que pessoas não credenciadas comercializem:

Penalidade: Advertência por escrito e/ou apreensão de mercadorias, e em caso de reincidência, suspensão temporária de suas atividades por 30 (trinta) dias.

VI – não manter todos os equipamentos referentes a pesos e medidas dentro dos padrões e critérios fixados pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas e demais normas vigentes;

Penalidade: Advertência por escrito, suspensão temporária de 30 (trinta) dias de suas atividades e, em caso de reincidência, multa.

VII – utilizar equipamentos fora da padronização exigida;

Penalidade: suspensão temporária de 30 (trinta) dias e, em caso de reincidência, multa e cassação da autorização;

VIII – comercializar em feiras livres para as quais não esteja licenciado;

Penalidade: apreensão de bens e mercadorias e, em caso de reincidência, cassação definitiva da autorização;

IX – não respeitar os limites de horário estabelecidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL para funcionamento da feira;

Penalidade: apreensão de bens e mercadorias e, em caso de reincidência, suspensão temporária de 30 (trinta) dias de suas atividades;

X – ausentar-se injustificadamente das atividades no período de 04 (quatro) feiras consecutivas;

Penalidade: apreensão de bem e mercadoria e, em caso de reincidência, cassação definitiva da autorização.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

XI – deixar de informar à ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL as alterações de endereço ou outro dado cadastral considerado como requisito indispensável ao licenciamento;

Penalidade: suspensão temporária da autorização.

XII – utilizar bens e serviços de terceiros não credenciados, nos termos desta Lei;

Penalidade: multa e/ou apreensão de bens e mercadorias;

XIII – fornecer, transportar, instalar e desinstalar os equipamentos necessários à realização das atividades dos feirantes fora dos padrões exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Penalidade: suspensão temporária da autorização e multa;

XIV – recusar injustificadamente a fornecer os bens e serviços para os quais foi licenciado:

Penalidade: suspensão temporária da autorização e multa;

§ 1º – o valor da multa a ser aplicada nas hipóteses previstas neste artigo observará o Código Tributário Municipal.

§ 2º – Quando prevista a penalidade suspensão temporária da autorização, isoladamente ou não, em caso de reincidência na mesma infração, poderá ser aplicada a penalidade de cassação da autorização.

§ 3º – Poderá ainda ser aplicada a suspensão da autorização quando houver reincidência no descumprimento da mesma infração.

§ 4º – Também poderá ser aplicada a cassação da autorização quando houver o descumprimento da mesma infração por três vezes seguidas.

§5º - Para fins de cálculo das multas previstas neste artigo, utiliza-se o Código Tributário Municipal.

Art. 32 – Cassada a autorização não poderá o feirante, inclusive sob a condição de preposto ou empregado, exercer sua atividade no local anteriormente licenciado pelo período de até 01 (um) ano.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO

Art. 33 – As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas em procedimento administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados o rito e prazos aqui estabelecidos.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Art. 34 – O auto de infração será lavrado pelo agente fiscalizador competente que a houver constatado, devendo conter:

I – nome, domicílio ou residência, bem como os demais elementos necessários à qualificação e identificação civil do infrator;

II – identificação do local da infração;

III – descrição da infração e menção ao dispositivo legal transgredido;

IV – penalidade a que está sujeito o infrator;

V – ciência pelo autuado de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI – assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante;

VII – prazo para apresentação de defesa.

Art. 35 – No caso de aplicação da penalidade de apreensão do produto, no auto de infração deverá contar, ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e o seu fiel depositário.

Art. 36 – As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do mesmo quando do processo constarem os elementos necessários à determinação da infração e do infrator, principalmente em se verificando a ausência da prejudicialidade da defesa.

Art. 37 – O infrator será notificado para ciência da infração:

I – Pessoalmente;

II – Pelo correio;

III – Por edital publicado no Diário Oficial do Município, se estiver em lugar incerto ou não sabido ou, ainda, no caso de frustradas três tentativas de qualquer das demais formas de notificação previstas neste artigo.

Art. 38 – O infrator poderá oferecer defesa ao auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da autuação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Art. 39 – Apresentada a defesa dentro do prazo legal, juntar-se-á a mesma aos autos que serão enviados ao fiscal atuante, ou seu substituto, para instrução.

Art. 40 – A instrução do processo deve ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação autorizada pelo Presidente do Procedimento Administrativo.

Art. 41 – Apresentada ou não a defesa, o auto de infração será julgado, dando ciência da decisão ao infrator.

Art. 42 – No prazo de 05 (cinco) dias da ciência da decisão pelo infrator caberá recurso à Procuradoria Geral do Município, que deverá decidir no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 43 – O infrator poderá tomar ciência da decisão no próprio processo, por via postal ou ainda, nos casos de recusa, por publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 44 – Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeito suspensivo quanto ao pagamento da penalidade de multa.

Art. 45 – Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – O valor de pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes, por ocasião da expedição da notificação para o seu pagamento.

§ 2º – A notificação para pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa oficial, se não localizado o infrator.

Art. 46 – O não pagamento da multa no prazo previsto no artigo anterior implicará na inscrição do crédito na Dívida Ativa do Município para que seja cobrado inclusive judicialmente, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO VI
DO ATRASO NOS PAGAMENTOS

Art. 47 - Ocorrendo o atraso de 04 (quatro) feiras no pagamento das taxas previstos no Código Tributário, consecutivos ou não, implicará na rescisão da Autorização, devendo a posse do espaço público ser imediatamente restituída ao município.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

CAPITULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 – Após a publicação deste Decreto, o Executivo Municipal poderá conceder aos feirantes que atenderam aos requisitos previamente estabelecidos, autorização provisória pelo prazo de até 90 (noventa) dias, findo o qual poderá ser expedida a respectiva autorização, nos termos previstos nesta norma.

§ 1º – No prazo previsto no caput deste artigo, o feirante deverá se adequar às exigências impostas por este decreto relativas aos equipamentos e funcionamento, sob pena de não obter a autorização.

§ 2º – A fiscalização exercida pelo Poder Público deverá ter, prioritariamente, caráter educativo.

§ 3º – A Administração Municipal poderá cobrar ou ressarcir-se dos gastos autorizados pelos custos relativos ao fornecimento de bens e serviços necessários à realização das atividades dos licenciados.

Art. 49 – Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Agricultura, em sendo o caso, regulado por resolução ou portaria, conforme a hipótese.

Art. 50 - Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei Federal 13.311, de 11 de julho 2016 ou outra que a substitua, que “Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.”.

Art. 51 – Deverá ser dada ampla divulgação a este decreto, inclusive por meio de sites, jornais escritos e, se possível, televisão.

Art. 52 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

VALMIR DOS SANTOS COSTA
Prefeito



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

ANEXO 1 – CORES DAS BANCAS

a) **Setor 01:** Cor Azul Celeste Brilhante (#007FFF): **Variados**

Amostra		#007FFF
---------	--	---------

b) **Setor 02:** Cor Azul Escuro (#00008B): **Calçados, roupas e tecidos**

Amostra		#00008B
---------	--	---------

c) **Setor 03:** Cor Verde (#008000) – **Frutas, verduras e legumes**

Amostra		#008000
---------	--	---------

d) **Setor 04:** Cor Ciano (Água) (#00FFFF) – **Alimentação e Hortifrutigranjeiro**

Amostra		#00FFFF
---------	--	---------

e) **Setor 05:** Cor Marrom (#964b00) – **Aves, pescados e vísceras**

Amostra		#964b00
---------	--	---------

Observação 01: As construções da Praça de Alimentação, Mercado Hortifrutigranjeiro e os Mercados de Carne possuem cor específica, conforme arquitetura própria, não vinculadas a este Decreto.

Observação 02: As cores aqui definidas são neutras e consideram os padrões da bandeira do Município e/ou Nacional. Consideram ainda o custo de pintura e manutenção. As cores vermelha e amarela, por exemplo, são de difícil pintura (aumenta o custo) e manutenção.

Observação 03: A cor cinza (neutra) para coberturas e/ou toldos é padrão, e considera questões de calor, dispersão óptica (refração), radiação solar, estética e custo-benefício.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

ANEXO 2 – CRONOGRAMA OBRIGATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO

ETAPA	SETOR	DATA
ETAPA 1	SETOR VERDE	
Fase 1	Rua Benjamin Constant	29/04
Fase 2	Trav. Francisco Porto	06/05
Fase 3	Trav. José da Cunha Melo	13/05
Fase 4	Rua Augusto Maynard	20/05
ETAPA 2	SETOR MARROM	03/06
ETAPA 3	SETOR AZUL CELESTRE	10/06
ETAPA 4	SETOR CIANO	17/06
ETAPA 5	SETOR AZUL	
Fase 1	Rua Espiridião Noronha	24/06
Fase 2	Rua General Siqueira	01/07
Fase 3	Largo Santo Antônio	08/07

Observação 01: Início em 29/04/2017 e término em 08/07/2017.

Observação 02: Na data do término de cada etapa, todas as bancas do setor deverão estar ajustadas aos termos deste decreto. As que não estiverem, serão advertidas e estarão sujeitas as sanções aqui previstas.

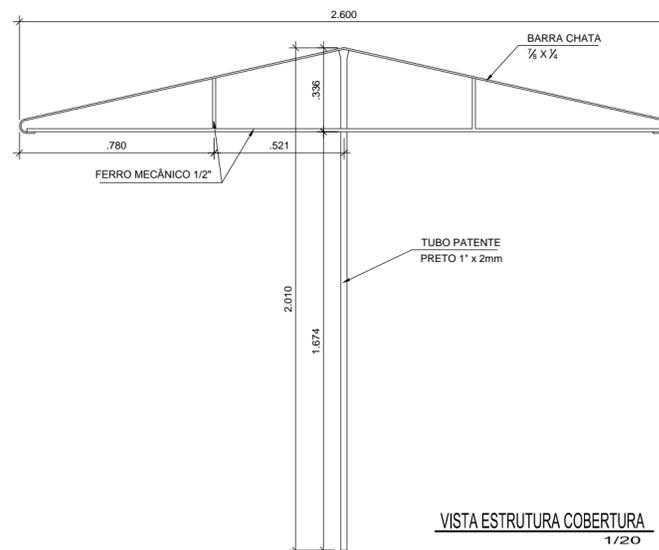
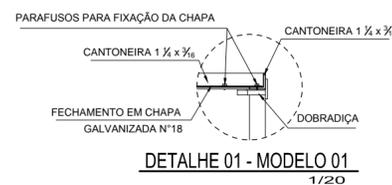
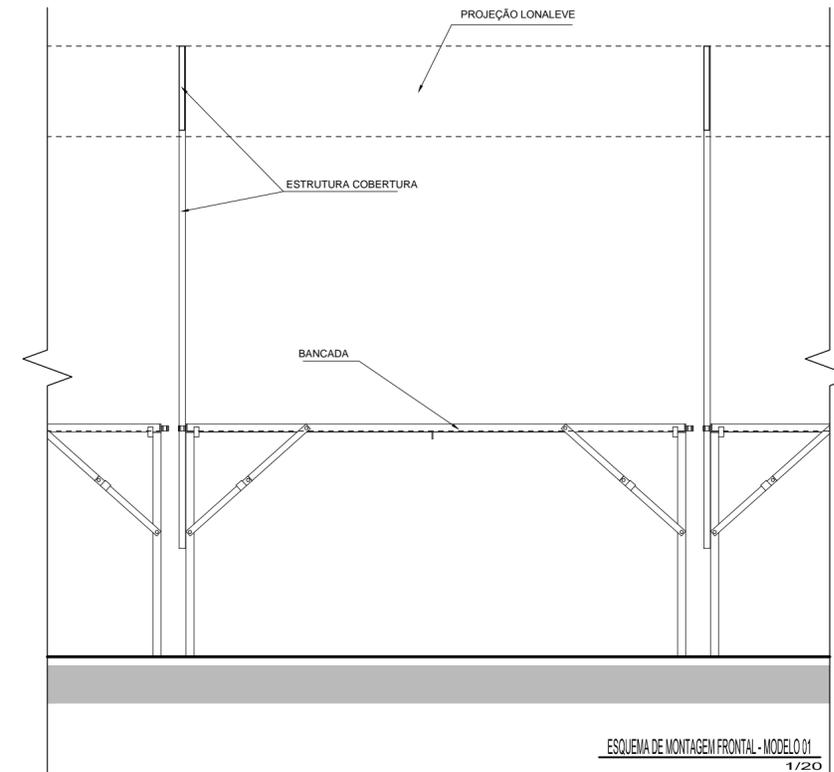
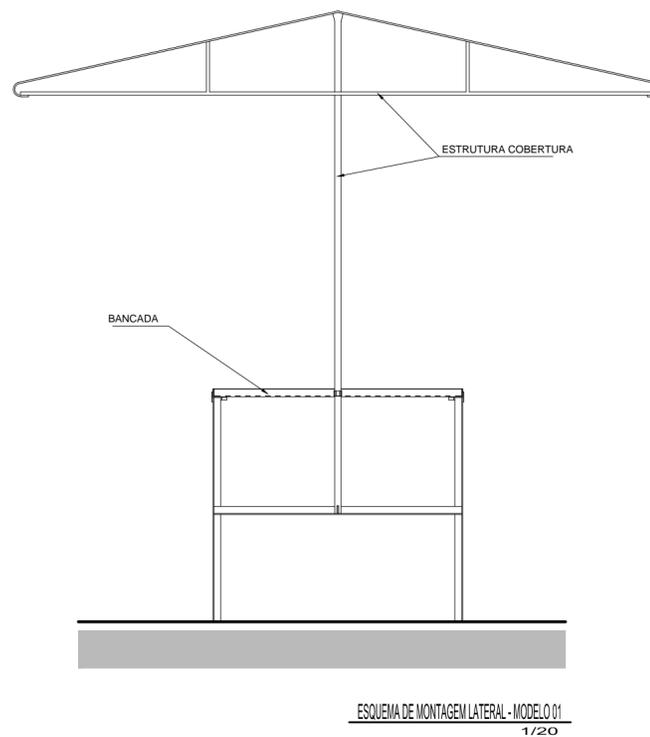
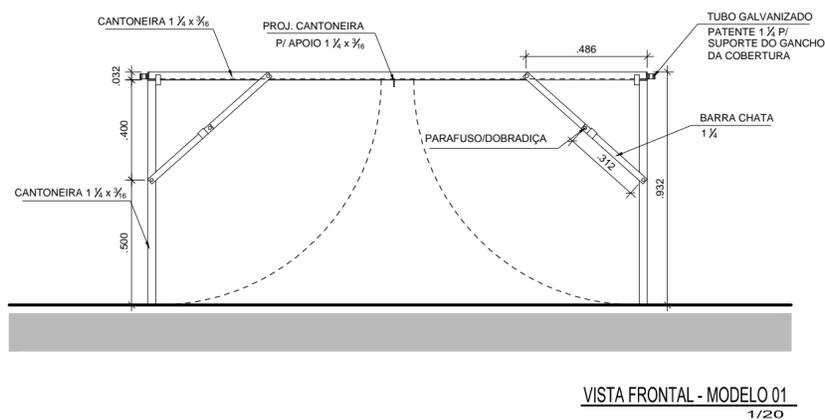
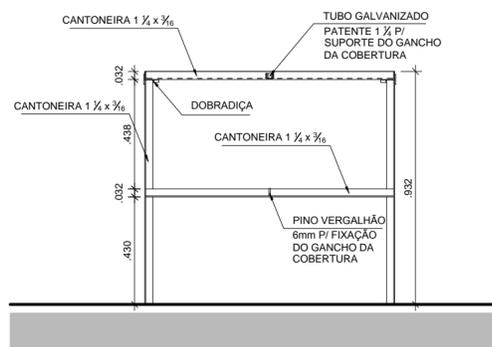
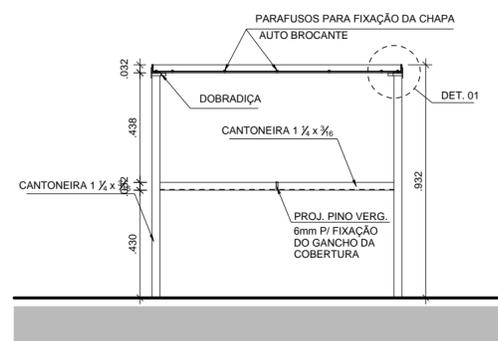
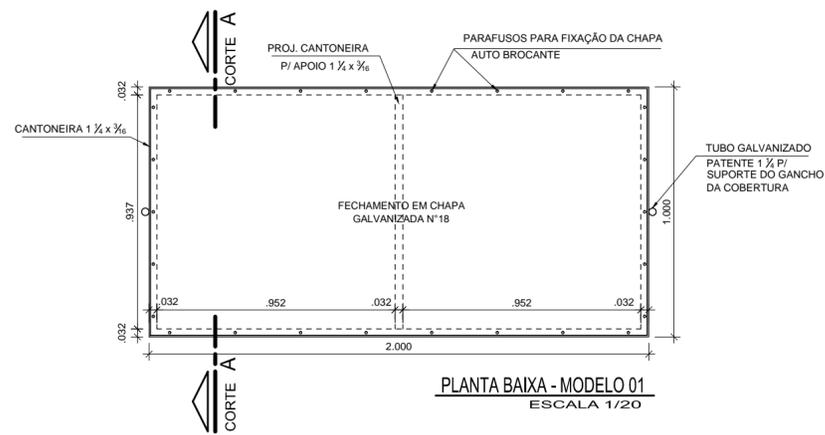
Observação 03: No término do prazo de implantação, em 08/07, não será admitida a montagem de qualquer banca fora do padrão, nos termos deste decreto.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

ANEXO 3 - PADRÃO DE BANCAS

- 3.1. padrão de banca de frutas, verduras e legumes e alimentação**
- 3.2 padrão de banca de Aves, pescados e vísceras**
- 3.3. padrão banca de Calçados, roupas e tecidos e variados**

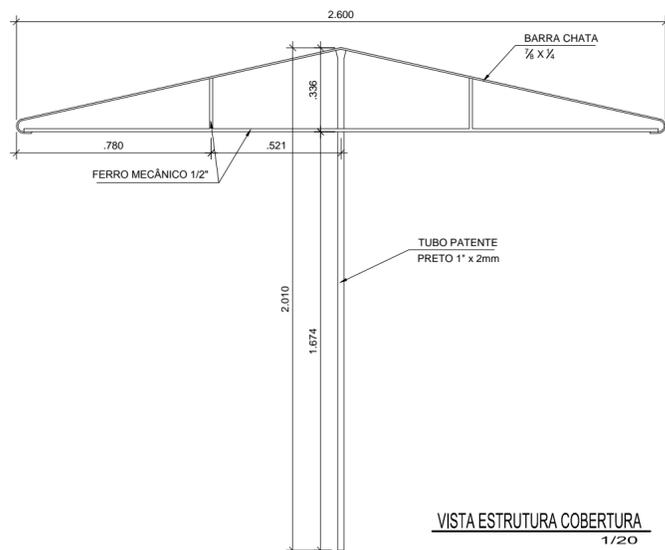
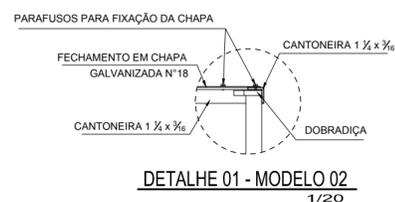
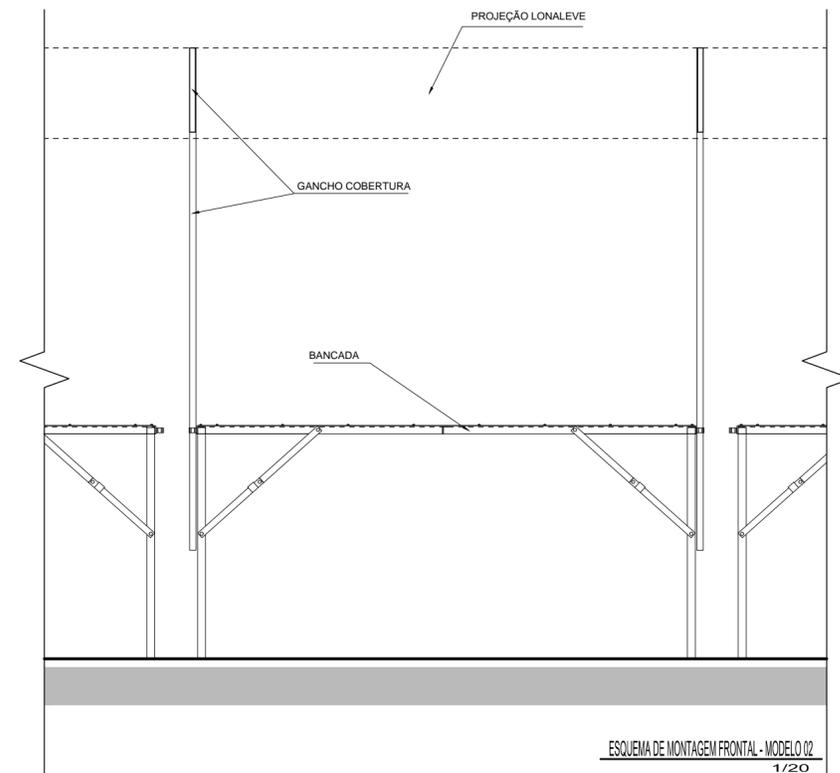
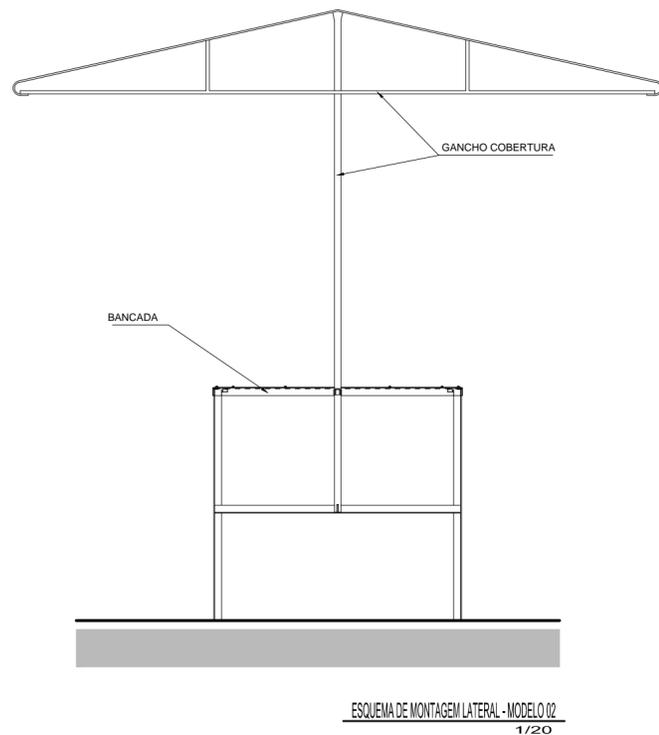
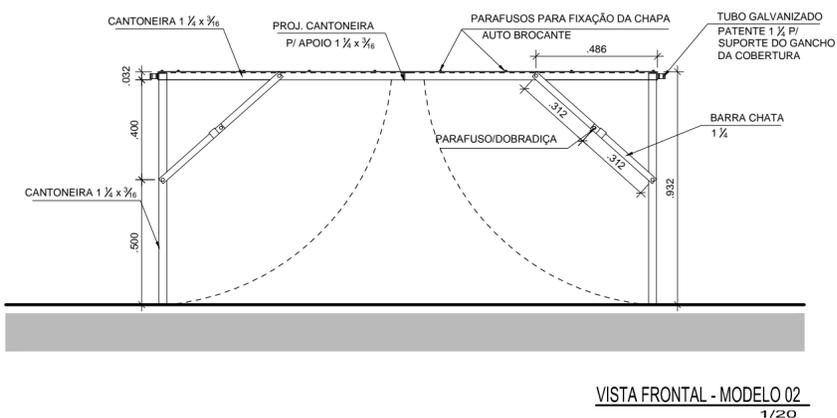
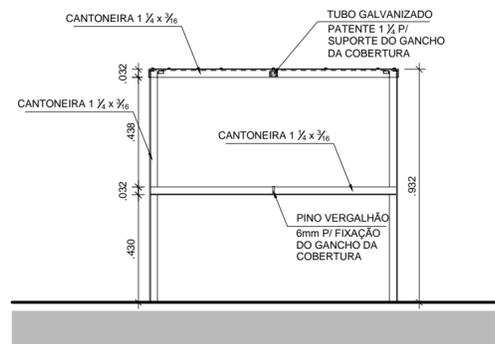
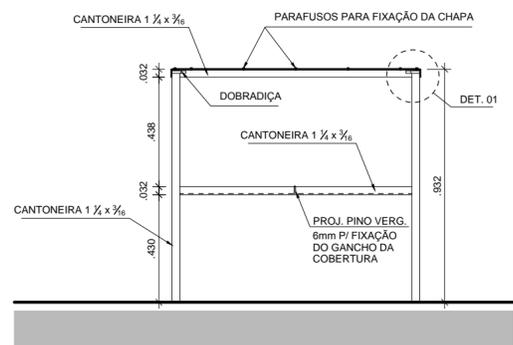
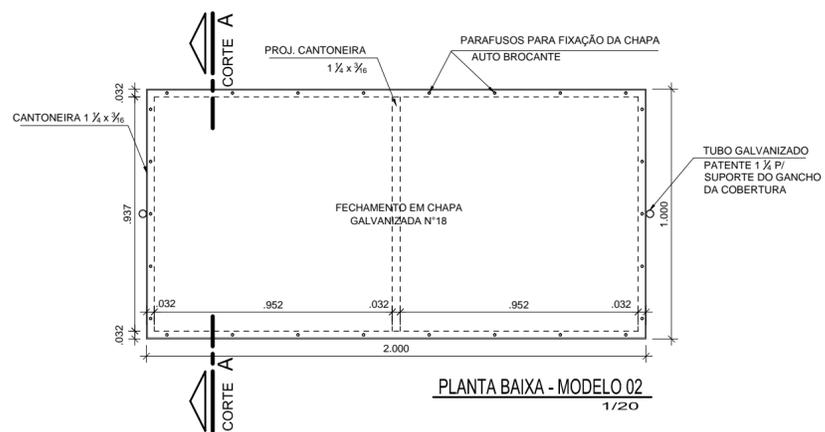


DESCRIÇÃO:

BANCADA PARA FEIRAS LIVRES COM ESTRUTURA EM FERRO TRATADO COM ZARCÃO E PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO NA COR ESCOLHIDA PELO CLIENTE. A BANCADA SEU FECHAMENTO É EM CHAPA GALVANIZADA N°18 FIXADO NAS EXTREMIDADES COM PARAFUSO AUTO BROCANTE. SUA COBERTURA É FEITA ATRAVÉS DE ESTRUTURA DE FERRO COM MESMO TRATAMENTO E COR ESCOLHIDA E ENCAIXADO CONFORME O ESQUEMA DE MONTAGEM. SEU FECHAMENTO SUPERIOR É EM LONA LEVE.

BANCADA POSSUI PÉS RETRÁTEIS QUE POSSIBILITAM A COMPACTAÇÃO E FACILIDADE NO TRANSPORTE. O MODELO 01 É UTILIZADO PARA EXPOSIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS.

PRODUTO: MODELO 01	DESCRIÇÃO: BANCADA DE FEIRAS LIVRES	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA DE ITABAIANA
Especialidade do Projeto: PROJETO ARQUITETÔNICO	Escala: INDICADA	Data: ABR/2017
		Desenhista: SÉRGIO
Tipo / Assunto do Documento: PLANTA BAIXA, CORTE, DETALHES		Nome do Arquivo: BFL_ARQ_LEV_R00
E ESQUEMA DE MONTAGEM		Número da Folha: 01/01
		Revisão: 00

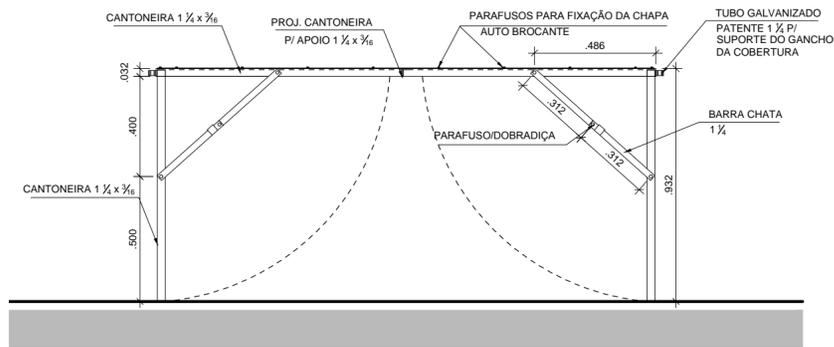


DESCRIÇÃO:

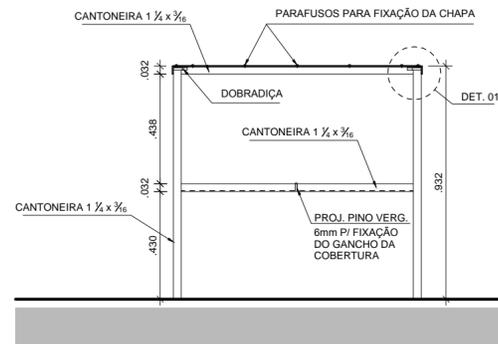
BANCADA PARA FEIRAS LIVRES COM ESTRUTURA EM FERRO TRATADO COM ZARCÃO E PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO NA COR ESCOLHIDA PELO CLIENTE. A BANCADA SEU FECHAMENTO É EM CHAPA GALVANIZADA N°18 FIXADO NAS EXTREMIDADES COM PARAFUSO AUTO BROCANTE. SUA COBERTURA É FEITA ATRAVÉS DE ESTRUTURA DE FERRO COM MESMO TRATAMENTO E COR ESCOLHIDA E ENCAIXADO CONFORME O ESQUEMA DE MONTAGEM. SEU FECHAMENTO SUPERIOR É EM LONA LEVE.

BANCADA POSSUI PÉS RETRÁTEIS QUE POSSIBILITAM A COMPACTAÇÃO E FACILIDADE NO TRANSPORTE. O MODELO 02 É UTILIZADO PARA EXPOSIÇÃO ROUPAS, CARNES, VICERAS, FRANGOS POIS PROPORCIONA MELHOR FACILIDADE NA LIMPEZA.

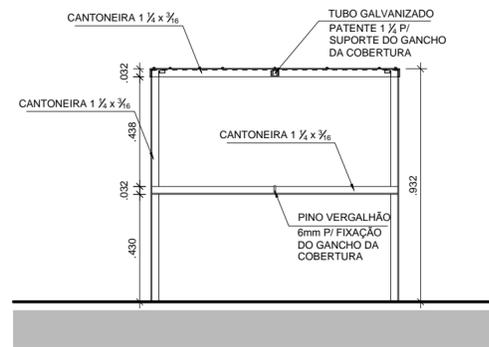
PRODUTO: MODELO 02	DESCRIÇÃO: BANCADA DE FEIRAS LIVRES	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA DE ITABAIANA
Especialidade do Projeto: PROJETO ARQUITETÔNICO	Escala: INDICADA	Data: ABR/2017
		Desenhista: SÉRGIO
Tipo / Assunto do Documento: PLANTA BAIXA, CORTE, DETALHES		Nome do Arquivo: BFL_ARQ_LEV_R00
E ESQUEMA DE MONTAGEM		Número da Folha: 01/01
		Revisão: 00



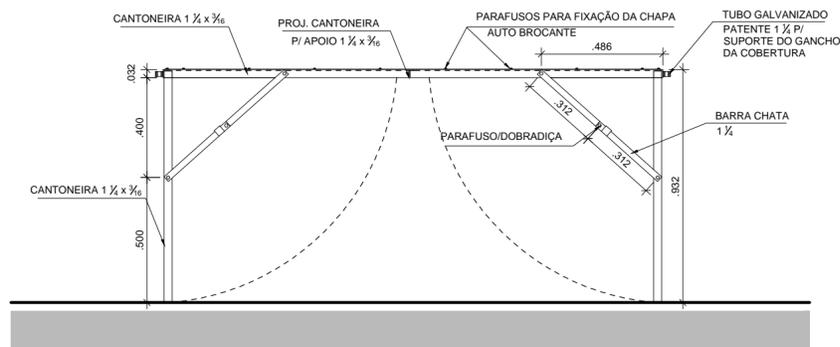
VISTA FRONTAL - MODELO 03
1/20



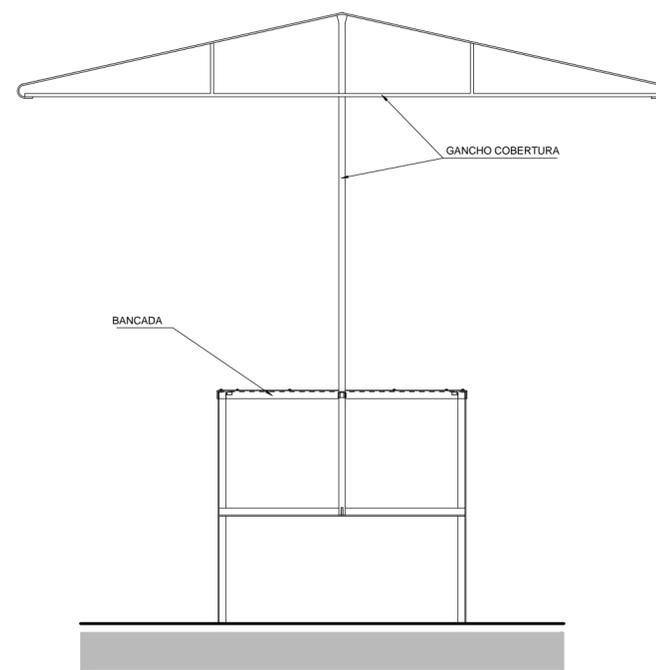
CORTE A - MODELO 03
1/20



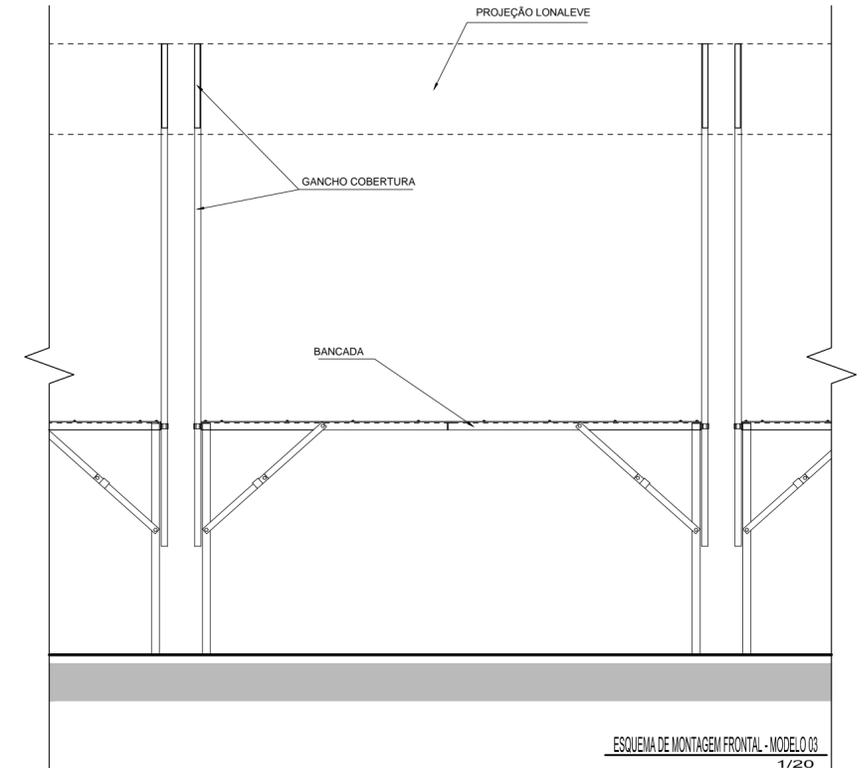
VISTA LATERAL - MODELO 03
1/20



VISTA FRONTAL - MODELO 03
1/20



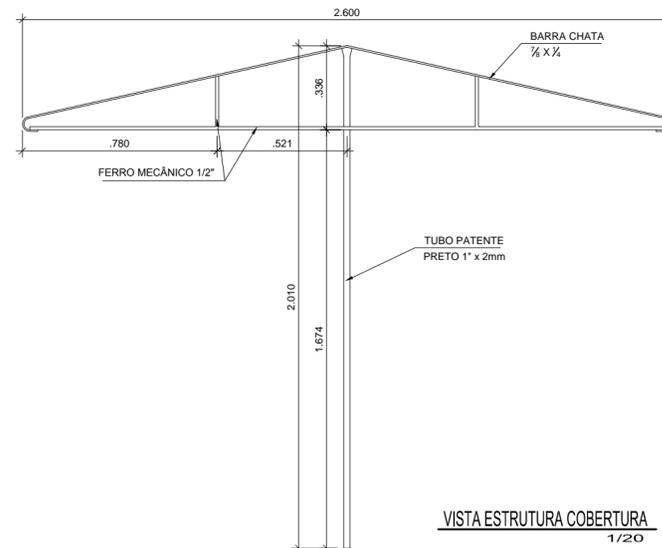
ESQUEMA DE MONTAGEM LATERAL - MODELO 03
1/20



ESQUEMA DE MONTAGEM FRONTAL - MODELO 03
1/20



DETALHE 01 - MODELO 03
1/20



VISTA ESTRUTURA COBERTURA
1/20

DESCRIÇÃO:

BANCADA PARA FEIRAS LIVRES COM ESTRUTURA EM FERRO TRATADO COM ZARCÃO E PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO NA COR ESCOLHIDA PELO CLIENTE. A BANCADA SEU FECHAMENTO É EM CHAPA GALVANIZADA N°18 FIXADO NAS EXTREMIDADES COM PARAFUSO AUTO BROCANTE. SUA COBERTURA É FEITA ATRAVÉS DE ESTRUTURA DE FERRO COM MESMO TRATAMENTO E COR ESCOLHIDA E ENCAIXADO CONFORME O ESQUEMA DE MONTAGEM. SEU FECHAMENTO SUPERIOR É EM LONA LEVE.

BANCADA POSSUI PÉS RETRÁTEIS QUE POSSIBILITAM A COMPACTAÇÃO E FACILIDADE NO TRANSPORTE. O MODELO 03 DISPÕES DE ESTRUTURA DA COBERTURA DE AMBOS OS LADOS PROPORCIONANDO A FIXAÇÃO DE TIRANTES PARA EXPOSIÇÃO DE ROUPAS. (VER ESQUEMA DE MONTAGEM)

PRODUTO: MODELO 03	DESCRIÇÃO: BANCADA DE FEIRAS LIVRES	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA DE ITABAIANA
Especialidade do Projeto: PROJETO ARQUITETÔNICO	Escala: INDICADA	Data: ABR/2017
		Desenhista: SÉRGIO
Tipo / Assunto do Documento: PLANTA BAIXA, CORTE, DETALHES		Nome do Arquivo: BFL_ARQ_LEV_R00
E ESQUEMA DE MONTAGEM		Número da Folha: 01/01
		Revisão: 00



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ITABAIANA
Procuradoria Geral do Município

Anexo 4 – DECISÕES Do MPE e TJSE



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública

MINUTA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

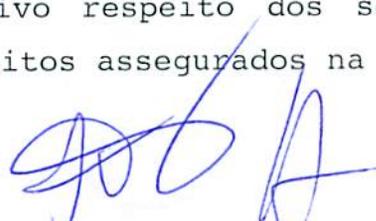
PARTES ACORDANTES:

- 1) MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE - PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ITABAIANA; e
- 2) MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE.

OBJETO: GARANTIR A SEGURANÇA, HIGIENE, REGULARIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA FEIRA LIVRE DE ITABAIANA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**, apresentado pela Promotora de Justiça com atribuição na Curadoria dos Direitos do Consumidor e dos Serviços de Relevância Pública, Dra. **FABIANA CARVALHO VIANA FRANCA**, e o **MUNICÍPIO DE ITABAIANA**, por intermédio do seu representante legal o Prefeito **VALMIR DOS SANTOS COSTA**, o Secretário de Turismo, Sr. **FRANCISCO ALTAMIRO BRASIL**, Secretário de Agricultura o Sr. **EROLTILDES JOSÉ DE JESUS**, o Procurador do Município Dr. **LUCAS CARDINALI** e o Coordenador da Vigilância Sanitária o Sr. **ALISSON DINIZ DE SANTANA**, doravante denominados **COMPROMITENTES**, autorizados pelo art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública e pelos direitos assegurados na Constituição Federal;







ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que é dever do Município zelar pelas condições sanitárias dos estabelecimentos, especialmente daqueles onde é realizado o comércio de alimentos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer com grande urgência o compromisso dos órgãos signatários para implementação de medidas corretivas para os problemas apontados;

RESOLVEM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e o MUNICÍPIO DE ITABAIANA:

Formalizar através deste instrumento, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO DE ITABAIANA, devidamente representado, compromete-se a cadastrar no prazo de 60 (sessenta) dias todos os feirantes que têm barraca na feira livre do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública

terá o prazo de 60 (sessenta) dias para regularizar o espaço público na feira de Itabaiana, delimitando o espaço de cada feirante e suas barracas.

CLAUSULA TERCEIRA: O MUNICÍPIO DE ITABAIANA se compromete a proceder a separação do espaço público, fazendo com que os produtos vendidos sejam separados de acordo com o gênero, ou seja, setor de carnes, peixes e frangos, separados dos demais e estes dos gêneros não alimentícios, no prazo de 90 (noventa) dias.

CLAUSULA QUARTA: O MUNICÍPIO DE ITABAIANA se compromete no prazo de 60 (trinta) dias a cobrar dos feirantes que vendam produtos alimentícios vestuário adequado.

CLAUSULA QUINTA: A MUNICIPALIDADE se compromete a no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, padronizar todas as barracas das feiras livres de Itabaiana, podendo ser prorrogado por igual tempo caso a Municipalidade comprove a impossibilidade financeira de fazê-lo.

CLAUSULA SEXTA: compromete-se a expedir licenças administrativas de permissão de uso dos espaços públicos, no prazo de 90 (noventa) dias.

CLAUSULA SÉTIMA: compromete-se a realizar fiscalizações intensivas, com autuação, interdição e apreensão de bancas e mercadorias em desacordo com o estipulado neste termo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública

CLAÚSULA OITAVA: compromete-se a colocar cobertura em todas as barracas existentes na feira no prazo de 60 (sessenta) dias

CLAÚSULA NONA: a municipalidade se compromete a proceder a limpeza da feira, bem como dos sanitários públicos ali existentes, deixando o espaço em boas condições de uso e higiene.

CLAÚSULA DÉCIMA: em caso de descumprimento das obrigações assumidas, fica constituído em mora o Município compromitente, devendo o Ministério Público adotar as medidas judiciais cabíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Ministério Público fica autorizado a instaurar ou dar prosseguimento ao(s) Inquérito(s) Civil(s) e Procedimento(s) Administrativo(s) eventualmente arquivado(s) pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste Instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA POSSUI EFICÁCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, NOS TERMOS DO ART. 5º, §6º, DA LEI 7.347/85;

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA: EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE ADITIVO DO AJUSTAMENTO DE CONDUTA, FICA CONSTITUÍDO EM MORA O COMPROMITENTE, COM MULTA DIÁRIA NO IMPORTE DE R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS), LIMITADA A 60 (SESSENTA DIAS), PARA O GESTOR PÚBLICO, A SER REVERTIDA PARA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA.



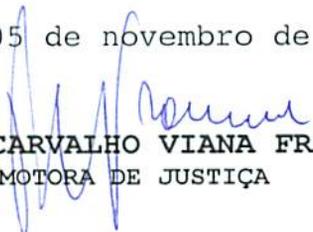
ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública

ASSIM, DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, AS PARTES INTERESSADAS, LIVRES E SEM HESITAÇÃO, CHANCELARAM O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, SENDO ELE REFERENDADO PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA, NOS MOLDES, EM TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS DO CONSUMIDOR, ARRIMADO NAS DISPOSIÇÕES DO ART. 129, INCISOS III E IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA QUE SURTA OS LEGAIS E JURÍDICOS EFEITOS.

Encontravam-se também presentes ao ato, as Autoridades abaixo consignadas.

Itabaiana, 05 de novembro de 2013.


FABIANA CARVALHO VIANA FRANCA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Declaro:
PM

Constitutos por si de governo
Francisco Altonio Gont
Alexson Diniz de Santana
Valmir de Souza



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

-

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo:

Número:

201452101440

Classe:

Execução de Título Extrajudicial

Fase:

POSTULACAO

Segredo de Justiça:

NÃO

Tipo do Processo:

Eletrônico

Número Único:

0006431-87.2014.8.25.0034

Situação:

ANDAMENTO

Impedimento/Suspeição:

NÃO

Processo Sigiloso:

NÃO

Competência:

2ª Vara Cível de Itabaiana

Distribuído Em:

23/10/2014

Partes do Processo:

Tipo	Nome
EXEQUENTE	MINISTERIO PUBLICO DE SERGIPE
EXECUTADO	MUNICIPIO DE ITABAIANA

Representante da Parte

Advogado: ANDREA CAROLINA ALMEIDA MACHADO - 4731/SE
Advogado: LUCAS CARDINALI PACHECO - 4984/SE

Cite-se o executado para, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovar o cumprimento das cláusulas terceira, quarta, quinta, sétima e nona do Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto ao Ministério Público, cujas cláusulas constam na petição inicial, sob pena de multa diária em caso de descumprimento no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Itabaiana/SE, 09 de dezembro de 2014.

dd

Maria Diorlanda Castro Nóbrega
Juiz(a) de Direito



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo:

Número:

201452101440

Classe:

Execução de Título Extrajudicial

Fase:

POSTULACAO

Segredo de Justiça:

NÃO

Tipo do Processo:

Eletrônico

Número Único:

0006431-87.2014.8.25.0034

Situação:

ANDAMENTO

Impedimento/Suspeição:

NÃO

Processo Sigiloso:

NÃO

Competência:

2ª Vara Cível de Itabaiana

Distribuído Em:

23/10/2014

Partes do Processo:

Tipo	Nome
EXEQUENTE	MINISTERIO PUBLICO DE SERGIPE
EXECUTADO	MUNICIPIO DE ITABAIANA

Representante da Parte

Advogado: ANDREA CAROLINA ALMEIDA MACHADO - 4731/SE
Advogado: LUCAS CARDINALI PACHECO - 4984/SE

Ante o não cumprimento de duas das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre as partes, cuja execução é o objeto desta execução, veio o exequente em manifestação juntada em 21/05/2015, (fls. 150/151), pugnar pelo bloqueio da verba orçamentária referente à aludida festa.

Indefiro o pedido.

Além de tratar-se a presente demanda de execução de fazer, é sabido que em processo de execução as medidas de constrição patrimonial devem se dar de maneira menos onerosa ao executado.

Ressalte-se que o exequente nem discriminou a natureza da verba que será utilizada pelo ente público no evento, eis que existem repasses do Ministério da Cultura que são próprias para festividades e não quantificou o valor necessário a satisfazer a obrigação.

Sendo assim, considerando que as *astreintes* impostas não foram suficientes para o cumprimento da obrigação, intime-se executado para comprovar o cumprimento das cláusulas 5ª e 9ª do Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por dia de descumprimento.

Itabaiana/SE, 21 de maio de 2015.

dd

Maria Diorlanda Castro Nóbrega

Juiz(a) de Direito



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

-

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo:

Número:

201452101440

Classe:

Execução de Título Extrajudicial

Fase:

POSTULACAO

Segredo de Justiça:

NÃO

Tipo do Processo:

Eletrônico

Número Único:

0006431-87.2014.8.25.0034

Situação:

ANDAMENTO

Impedimento/Suspeição:

NÃO

Processo Sigiloso:

NÃO

Competência:

2ª Vara Cível de Itabaiana

Distribuído Em:

23/10/2014

Partes do Processo:

Tipo	Nome
EXEQUENTE	MINISTERIO PUBLICO DE SERGIPE
EXECUTADO	MUNICIPIO DE ITABAIANA

Representante da Parte

Advogado: ANDREA CAROLINA ALMEIDA MACHADO - 4731/SE
Advogado: LUCAS CARDINALI PACHECO - 4984/SE

Defiro o pedido de suspensão da presente execução pelo prazo de seis meses, nos termos do artigo 921, inciso I c/c artigo 313, inciso II e §4º, todos do Novo Código de Processo Civil.

Após o transcurso do aludido prazo, intime-se o Município de Itabaiana a fim de acostar aos autos relatório completo (inclusive fotográfico) do cumprimento da referida obrigação de fazer acordada, indo em seguida os autos com vista ao douto representante do Ministério Público.

Itabaiana, 20 de setembro de 2016.

Taiane Danusa Gusmão Barroso Sande

Juíza de Direito

Taiane Danusa Gusmão Barroso Sande

Juiz(a) de Direito